

ASPECTOS MORFOSSINTÁTICOS DA PALAVRA “SE”

ALMEIDA, Elton Nillo Menezes
eltonnillo@gmail.com

MOURA, Lucimara de Menezes
maralimoura@hotmail.com

SILVA, Roberta Andrade Cerqueira e
betinhacerqueira@hotmail.com

Orientadora

CARVALHO, Ana Cristina Moura
anacrismsc@gmail.com

Resumo:

O estudo do qual o presente trabalho é resultado tem como foco principal a observação dos vários empregos da palavra “se” apresentados por diferentes gramáticos. Evidenciam-se aspectos morfofossintáticos da Gramática Normativa. A utilização dos conceitos e dos exemplos contidos nas gramáticas possibilitou a comparação entre os autores Napoleão Mendes, Celso Cunha e Lindley Cintra, Ulisses Infante, Ernani Terra e Evanildo Bechara.

Palavras-chave:

Palavra “se” – Gramática Normativa – Morfofossintaxe

A palavra “se”, desprovida de sentido quando interpretada isoladamente, possui grande diversidade de empregos ao ser associada com diversas estruturas oracionais da língua portuguesa.

As situações encontradas como resultado do emprego da palavra “se” predominantes nas Gramáticas estudadas foram pronome reflexivo, índice de indeterminação do sujeito, partícula apassivadora, partícula de realce, parte integrante do verbo, conjunção subordinativa integrante e conjunção subordinativa condicional, devendo-se levar em consideração que em alguns casos podem existir variações na nomenclatura utilizada.

“O conceito do que seja *gramática* de uma língua depende do critério tomado como parâmetro. Se considerarmos que a ocorrência de articulações entre partes é bastante para definir o que é gramatical, a fonologia estará incluída na gramática, ao lado da morfologia e da sintaxe. Se o critério for mais seletivo, exigindo, além da capacidade para articular-se, que as unidades sejam dotadas de significado, a gramática abrange apenas morfologia e sintaxe.” (CARONE, 2004, p.10)

Dentre as concepções de gramática elucidadas por Flavia Carone, a de que ela é composta por elementos da morfologia e da sintaxe é a que se enquadra no presente trabalho, visto que abordaremos apenas construções em que a palavra “se” apresenta significado através da associação com outras palavras. Aspectos da fonologia estão, portanto, fora do escopo delimitado para o estudo.

Outra delimitação importante é o domínio da Gramática Normativa, ou seja, a nomenclatura e a exemplificação utilizadas pelos gramáticos cujas publicações foram consultadas constituem o objeto principal deste estudo.

Apesar de existir uma Norma Gramatical Brasileira,

“A NGB não estabelece definição para as classes. Temos que colhê-las nas gramáticas. Mas aí já se configura uma primeira dificuldade, pois as definições não coincidem em muitos casos.” (DUARTE, 2000, p.26)

O que se configura numa dificuldade do trabalho sobre as classes e categorias publicado por Paulo Mosânio Teixeira Duarte, é a motivação da presente pesquisa, já que os diferentes gramáticos têm – e exercitam em suas obras – a

capacidade e a liberdade de interpretação, conceituação e exemplificação das normas gramaticais da língua portuguesa.

Os conceitos de morfologia e sintaxe, já vistos como os componentes da gramática, também são entendidos de maneiras diferentes quanto à sua inter-relação. Na visão de boa parte dos gramáticos, elas são estudadas como seções separadas nas obras e recebem dedicação exclusiva, ou seja, representam momentos distintos das obras. As gramáticas geralmente assemelham-se, na organização do seu conteúdo, aos processos de alfabetização, os quais iniciam-se das menores - e mais simples - estruturas para as maiores - e mais complexas.

Apesar disso, sabemos que as obras consultadas nesta pesquisa destinam-se ao aprimoramento dos usos da língua por pessoas já alfabetizadas. Percebe-se claramente em publicações deste nível que os aspectos da morfologia e da sintaxe estão intrinsecamente ligados. O mais óbvio de se imaginar seria que para haver o entendimento das estruturas mais complexas (tratadas pela sintaxe) seriam necessários conhecimentos sobre as estruturas mais simples (tratadas pela morfologia), mas esta relação, na verdade, é uma via de mão dupla, ou seja, muitas vezes aspectos da morfologia são elucidados – e muitas vezes justificados - por definições presentes na sintaxe.

A partir do entendimento desta inter-relação entre morfologia e sintaxe, podemos considerar um conceito de morfossintaxe formulado por Evanildo Bechara que, por conta da sua concepção mais abrangente de “forma” (tradicionalmente, o objeto da morfologia).

“A parte central da gramática pura é a morfossintaxe, também com menos rigor estudada como dois domínios relativamente autônomos: a *morfologia* (estudo da palavra e suas “formas”) e a *sintaxe* (estudo das combinações materiais ou funções sintáticas). Ocorre que, a rigor, tudo na língua se refere sempre a combinações de “formas”, ainda que seja combinação com o zero ou ausência de “forma”; assim, toda essa pura gramática é na realidade sintaxe, já que a própria oração não deixa de ser uma “forma””. (BECHARA, 2004, p.54)

Diferentes visões acerca da morfologia e da sintaxe geram diferentes conceitos de morfossintaxe. Enquanto para Bechara a morfossintaxe como um todo se confunde com a morfologia por conta da sua concepção de forma, para Flavia

Carone, a definição de morfologia também tem caráter mais abrangente que o tradicional, mas por motivos essencialmente teóricos.

*“Morfologia é um termo que não tem a mesma realidade de uma pedra ou de uma árvore: pressupõe determinado modo de conceber o que sejam *linguagem* e *língua*, e somente como parte desse quadro mais amplo – isto é, de uma teoria – é que podemos compreender que tipo de estudo está sendo levado em conta. Até mesmo se precisamos ter na gramática algo que chamamos de *morfologia*. (CARONE, 2004, p.16)*

Após terem sido delimitados o objeto e o escopo da pesquisa, o que se segue consiste no resultado da observação e comparação dos conceitos apresentados pelos diferentes gramáticos em suas obras acerca dos já citados empregos da palavra “se”.

As concepções dos gramáticos estudados acerca do pronome reflexivo são afins. Ele forma a voz reflexiva e acontece quando sujeito e objeto (direto ou indireto) remetem a um mesmo híbrido agente/paciente.

“A reflexividade consiste, na essência, na inversão (ou negação) da transitividade verbal. Em outras palavras, significa que a ação denotada pelo verbo não passa a outra pessoa, mas reverte-se à pessoa do próprio sujeito (ele é, ao mesmo tempo, agente e paciente)”. (BECHARA, 2004, p.176)

¹Ele **vestiu-se** rapidamente.

Tal aplicação da palavra “se” pode também dar idéia de reciprocidade (reflexividade recíproca), desde que ocorra nas pessoas do plural e seja aplicada no contexto desejado.

²João e Maria **se amam**.

Percebe-se no exemplo que a própria carga semântica do verbo “amar” e a nossa “experiência de mundo” (BECHARA, 2004, p.176) deixam clara situação de

¹ CUNHA, 2001, p.279

² BECHARA, 2004, p.176

ação recíproca, ou seja, a definição entre presença ou ausência de reciprocidade depende de aspectos contextuais. Em outros casos, no entanto, o emprego da palavra “se” pode gerar ambigüidade, causada pela indefinição das funções de sujeito e objeto.

³Joaquim e Pedro **enganaram-se**.

Neste exemplo existe a possibilidade de ação recíproca entre dois agentes/pacientes e a de que ambos cometeram o mesmo engano em grupo.

Napoleão Mendes chama atenção, em sua Gramática Metódica da Língua Portuguesa, para o sentido essencialmente passivo da utilização do pronome reflexivo diante de verbos como “ferir”.

⁴Pedro e Paulo **feriram-se**.

São sugeridas pelos autores as expressões “a si mesmos”, “entre si”, “mutuamente” e “um ao outro” como formas de extinguir as dúvidas quanto à reciprocidade nas situações apresentadas.

Como é possível perceber, a palavra “se” nos casos de voz reflexiva é nada mais que um pronome oblíquo, o qual aparece associado a um verbo pronominal, por conta disso, Napoleão Mendes deduz que “os verbos reflexivos chamam-se também pronominais” (ALMEIDA, 2005, p.211). Em contrapartida, Ernani Terra afirma que verbo reflexivo e verbo pronominal são duas construções diferentes, disposição com a qual concordam Cunha e Cintra.

“Distingue-se, na prática, o verbo reflexivo do verbo pronominal porque ao primeiro se podem acrescentar, conforme a pessoa, as expressões *a mim mesmo, a ti mesmo, a si mesmo*, etc. Quando o reflexivo tem valor recíproco, as expressões reforçativas passam a ser *um ao outro, reciprocamente, mutuamente*, etc.” (CINTRA, CUNHA, 2001, p.408)

³ CUNHA, 2001, p.280

⁴ ALMEIDA, 2005, p.211

Para Ernani Terra, os verbos podem ser essencialmente pronominais ou acidentalmente pronominais.

Os verbos essencialmente pronominais são sempre associados a um pronome oblíquo átono e configuraria-se em erro, segundo Napoleão Mendes, a utilização destes desacompanhados de pronome oblíquo. Bechara afirma que o pronome “se” aparece como parte integrante de verbos que indicam sentimento.

⁵Indignar-se, ufanar-se, atrever-se, admirar-se, lembrar-se

Quando o verbo remonta a movimento ou ações desempenhadas em relação ao próprio corpo, a palavra “se” é entendida por Bechara como pronome expletivo ou de realce.

⁶Ir-se, partir-se, sentar-se, sorrir-se

Para Ernani Terra, os verbos acidentalmente pronominais poderiam ser utilizados com ou sem o auxílio do pronome oblíquo átono. (TERRA, 1996, p.170)

A formação do sujeito indeterminado, o qual ocorre “quando não se quer ou não se pode identificar claramente a quem o predicado da oração se refere” (INFANTE, 2005, p.304) acontece com verbo na terceira pessoa do plural ou com verbo na terceira pessoa do singular, acompanhado da palavra “se” na condição de índice de indeterminação do sujeito. Cunha e Cintra tratam ainda da possibilidade de não haver interesse em conhecer ou determinar o sujeito que executa a ação. Segundo Infante, tal construção pode ocorrer com verbos intransitivos, transitivos indiretos e de ligação, situações respectivamente exemplificadas a seguir.

⁷**Vive-se** melhor nas cidades pequenas.

⁸**Precisa-se** de profissionais competentes.

⁵ BECHARA, 2004, p.178

⁶ BECHARA, 2004, p.178

⁷ INFANTE, 2005, p.304

⁸ INFANTE, 2005. p.304

⁹**Era-se** mais feliz naqueles tempos.

A palavra “se” pode aparecer como indeterminador do sujeito em situações de voz passiva sintética, que são originadas de orações que, na voz ativa, teriam sujeito indeterminado. Neste caso, o “se” pode ser chamado de partícula apassivadora ou pronome apassivador, concordando em número e pessoa com o sujeito da oração.

¹⁰**Vendeu-se** aquela casa.

¹¹**Venderam-se** aquelas casas.

Para Napoleão Mendes, a voz passiva sintética “se dá sempre que o sujeito é inanimado, conseqüentemente incapaz de praticar a ação verbal, ou quando o sentido da oração mostra que o sujeito é apenas paciente” (ALMEIDA, 2005, p.210). As casas dos exemplos ¹⁰ e ¹¹ confirmam tal afirmação, visto que não poderiam executar a ação ilustrada nas orações.

Evanildo Bechara, entretanto, mostra que a interpretação da passividade do verbo (com “se”) depende apenas do significado lexical do mesmo, já que em algumas situações, mesmo quando o sujeito não pode ser considerado inanimado, a passividade permanece.

O exemplo ¹² mostra uma situação oposta, ou seja, apesar da construção da frase, alguns verbos “denotam ações que nossa experiência sabe que não são praticadas pelo termo que lhe serve de sujeito”. (BECHARA, 2004, p.177) “Chamar-se”, no exemplo ¹², equivale a “ter nome”, que não dá idéia de passividade.

¹²Ele **se chama** João.

⁹ INFANTE, 2005, p.304

¹⁰ INFANTE, 2005, p.321

¹¹ INFANTE, 2005, p.321

¹² BECHARA, 2004, p.177

Ulisses Infante trata da semelhança entre as estruturas onde ocorrem a partícula apassivadora e o índice de indeterminação do sujeito e salienta que, em ambos os casos, o agente da ação verbal está indeterminado.

¹³Procura-**se** uma solução para o problema.

¹⁴Acredita-**se** em dias de cidadania efetiva.

Em ¹³ ocorre a voz passiva sintética e o sujeito paciente está em destaque. Percebe-se que o agente da ação verbal está indeterminado, ou seja, não é possível apontá-lo com precisão.

No exemplo ¹⁴, o agente da ação verbal está indeterminado. O termo em destaque é objeto indireto.

“Conforme a natureza das funções sintáticas que exercem, as orações subordinadas são classificadas em substantivas, adjetivas e adverbiais” (INFANTE, 2005, p.343). Nas substantivas e nas adverbiais, respectivamente, a palavra “se” é utilizada como conjunção integrante – introduzindo oração subordinada substantiva objetiva direta - e conjunção subordinativa adverbial condicional – introduzindo oração subordinada adverbial condicional.

As frases interrogativas indiretas são formadas por orações subordinadas substantivas objetivas diretas, introduzidas pela conjunção subordinativa integrante “se”. Bechara chama as orações subordinadas substantivas de “orações subordinadas resultantes de substantivação”. (BECHARA, 2004, p.465)

¹⁵Não sei se a prima virá cedo.

Observa-se que a parte do exemplo ¹⁵ em destaque corresponde ao objeto direto da oração, introduzido pela conjunção integrante “se”.

¹³ INFANTE, 2005, p.321

¹⁴ INFANTE, 2005, p.321

¹⁵ BECHARA, 2004, p.465

A fim de representar outros tipos de questionamento, os pronomes interrogativos – como, onde, quando, etc. - também podem ser utilizados em substituição à conjunção integrante “se”.

Segundo Ernani Terra, a oração subordinada adverbial condicional “exprime circunstância de condição, entendida como uma obrigação que se impõe ou se aceita para que determinado evento se realize” (TERRA, 1996, p. 261). Na maioria dos casos, tal circunstância é introduzida pela conjunção “se” (INFANTE, 2005, p.366), mas ela pode também ser representada por expressões como “caso”, “contanto que”, “exceto se”, etc.

¹⁶Viajaremos **se** não chover amanhã.

Ao final da consulta às gramáticas selecionadas para a pesquisa, foram obtidas informações sobre os empregos da palavra “se” na língua portuguesa. A variedade de recursos lingüísticos possibilitados pelo emprego de uma palavra que isoladamente não teria sentido, mas que pode ser o centro de todo o sentido de uma oração ou período chama atenção principalmente porque tal fato ocorre com tantas outras palavras que, ao lado do “se” deveriam ter destaque especial nos estudos de língua portuguesa nas escolas, ou seja, um melhor entendimento da palavra “se”, dentro da perspectiva deste trabalho poderia ser utilizado para resolver dúvidas quanto à colocação pronominal, por exemplo, já que se saberia exatamente qual a função do “se” no período, o que tornaria mais consciente o uso desta palavra. Neste contexto, o que se quer afirmar é que facilitaria muito a correta utilização desta e de outras palavras bastante recorrentes em língua portuguesa a visão delas como parte indissociável de um todo que tem sentido completo, e não como uma peça de quebra-cabeças isolada a ser “encaixada” – numa atitude orientada apenas por uma ou outra peça adjacente, como acontece com muitas das regras presentes nas gramáticas, tão dificilmente apreendidas pelos alunos de língua portuguesa, quando não são decoradas.

¹⁶ TERRA, 1996, p.366

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Napoleão Mendes. **Gramática metódica da língua portuguesa**. São Paulo: ed. Saraiva, 2005.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: ed. Lucerna, 2004.

CARONE, Flávia de Barros. **Morfossintaxe**. São Paulo: ed. Ática, 2004.

CINTRA, Lindley. CUNHA, Celso. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: ed. Nova Fronteira, 2001.

DUARTE, Paulo Mosônio Teixeira. **Classes e categorias em português**. Fortaleza: ed. EUFC, 2000.

INFANTE, Ulisses. **Curso de gramática: aplicada aos textos**. São Paulo: ed. Scipione, 2005.

TERRA, Ernani. **Curso prático de gramática**. São Paulo: ed. Scipione, 1996.

